

A Construção Social do Turismo e das Migrações: sobre a figura do estrangeiro, identidade nacional e representações sociais

Débora de Paula Falco¹

Resumo

Este artigo intenta trazer uma contribuição teórica para a abordagem do turismo e das migrações como construções sociais. O fato de incluir na análise não apenas o deslocamento turístico mas também migratório indica a necessidade de pensar o turismo também em relação as demais formas de deslocamento contemporâneas. Para empreender tal análise focou-se o conceito de construção social, de representação e de identidade nacional. Todas estas perspectivas foram aliadas à figura do estrangeiro e à experiência da viagem. Neste sentido, vislumbrou-se as potencialidades culturais abertas aos sujeitos pela viagem (através da aquisição de um olhar não matizado ou no que seria uma “originalidade da visão”), bem como as inquietudes que a presença do “outro” podem causar na sociedade receptora.

Palavras-chave: Construção social. Turismo. Migrações.

Introdução

A idéia de construção social da realidade permeiará todas as considerações deste artigo proveniente de pesquisa uma bibliográfica. De forma mais específica buscamos na primeira seção trazer à tona as relações entre a experiência cotidiana e o turismo e sobre as representações da cidade e de seu povo frente ao turista. Nesta primeira etapa os principais conceitos são o de construção social da realidade, embasados por Peter Berger e Thomas Luckmann e representação social, na perspectiva de Erving Goffman.

A seção seguinte aborda a tensão que a figura do estrangeiro (entendido como turista ou migrante) pode causar na sociedade local. Entre os autores que corroboram para esta compreensão destacam-se Georg Simmel, Michel Maffesoli, Júlia Kristeva e Stuart Hall. A terceira seção aponta as relações que os temas tratados anteriormente estabelecem com a noção de identidade nacional. Neste instante, valemo-nos de autores como Benedict Anderson, Kathryn Woodward, Tzvetan Todorov, Homi Bhabha além dos outros teóricos já mencionados.

A Construção Social da Realidade: notas sobre o turismo e as migrações

Berger e Luckmann (1996) trazem uma importante contribuição para o entendimento da realidade social e do modo como a atividade turística se insere nesse contexto. Os autores argumentam que os indivíduos admitem como sendo “a realidade”, a realidade que vivem na

¹ Mestranda em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Artes, Cultura Visual e Comunicação (UFJF). Bacharel em Turismo (UFJF). Email: deborafalco@terra.com.br.

vida cotidiana. Esta torna-se a realidade por excelência para o indivíduo, visto que se impõe à sua consciência com ordem e significados já objetivados. Desta colocação é possível extrairmos uma das motivações que movem o turista: o desejo de sair, ainda que temporariamente, da ordem social à que está sujeito na sua vida cotidiana. Contudo, é pertinente ressaltar que, como bem lembra Ouriques (2005), somos marcados pelo nosso estilo de vida diário e por hábitos, dos quais não nos desfazemos tão facilmente quando viajamos. Segundo o autor, o “turista leva seu cotidiano como companheiro de viagem” (2005, p.46). Este argumento demonstra justamente o postulado por Berger e Luckmann (1996) acerca da facticidade compulsória e evidente da vida cotidiana. Porém, vale lembrar que esta argumentação não indica a impossibilidade do turista apreender novos aspectos culturais durante a viagem, mas antes enfatiza a necessidade de negociação cultural, o que requer um sujeito ativo e participante no meio social visitado.

Na atividade turística o indivíduo sai do que seria a sua “realidade por excelência”, para vivenciar por certo período de tempo a realidade do outro. Berger e Luckmann (1996) ressaltam que, “comparadas à realidade da vida cotidiana, as outras realidades aparecem sempre como campos finitos de significação, enclaves dentro da realidade dominante marcada por significações e modos de experiência delimitados. A realidade dominante envolve-as por todos os lados”(1996, p.42). A este respeito Wainberg (2003, p.21) salienta que “o turismo tão-somente justapõe culturas e permite a descoberta de si próprio mais intensamente do que a identidade do estrangeiro”. Com isso, as outras realidades, como as realidades produzidas e ofertadas pelo turismo, estão sempre impregnadas pelos elementos da vida cotidiana do sujeito turista. Contudo, vale destacar que o exposto pelo autor não significa que a cultura do outro não seja passível de apreensão em alguma medida.

Em parte, a situação exposta por Berger e Luckmann (1996) se deve ao que os autores definem como sendo o acervo social do conhecimento. Segundo os autores este acervo é capaz de diferenciar a realidade por graus de familiaridade e fornecer esquemas tipificadores aos indivíduos na interação social. Contudo, Berger e Luckmann (1996, p.65) advertem que “Embora o estoque social do conhecimento represente o mundo de maneira integrada, diferenciado de acordo com zonas de familiaridade e afastamento, deixa opaca a totalidade desse mundo”. Pode-se considerar que esta parte que permanece opaca é a realidade do “outro”, que se torna em atrativo turístico. A este conceito é possível articular ainda a idéia de museu imaginário ou de repertório individual, que permite desencadear um processo de

associatividades. Nestes conceitos é possível perceber algumas das fontes que “filtram” a realidade do “outro” na experiência turística.

Outra tentativa de filtrar a atividade turística configura-se na formação de barreiras à percepção do turista, o que nos leva ao entendimento do turismo como representação, nos termos apresentados por Goffman (1999). Nesta atividade verifica-se com frequência o que o autor chama de realização dramática. Conforme Goffman (1999), neste tipo de encenação o ator (ou para nossa compreensão a cidade e seu povo) procura transmitir uma impressão idealizada, bem ao gosto turístico. Desta forma, o ator busca acentuar sinais confirmatórios da impressão que pretende transmitir e dissimular qualquer fato incompatível com a representação.

É neste sentido que podemos visualizar as formas de representação no turismo durante a interação social. Para Woodward (2005, p.17) “É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos”. Portanto, é por estes meios que a atividade turística adquire sentido para o sujeito. Isso porque a representação, entendida como processo cultural, vale-se de sistemas simbólicos para produção de identidades coletivas (a cultura local) e individuais (o sujeito turista).

Para Wainberg (2003, p.36) “ao se examinar a manipulação do espaço turístico há que se considerar seu efeito dramático sempre. Uma maquiagem que fustiga os sentidos, desperta a atenção, provoca a dúvida, estimula a investigação. Esforço cerebral, perceptivo, emocional”. A este trecho é possível aliarmos as considerações de Goffman acerca daquilo que o autor denomina de região de fachada. De acordo com Goffman (1999), no momento da interação, o indivíduo procura acentuar sinais confirmatórios da impressão que pretende transmitir, seria a realização dramática. Segundo Goffman (1999) os atores, em geral, procuram transmitir uma impressão idealizada, como pode ocorrer no uso turístico das cidades.

Goffman (1999) observa que nestas circunstâncias o ator (cidade) tentará manipular a impressão causada na platéia (turistas). O autor alerta que para tanto deverá existir uma divisão entre região de fachada e a região de fundo, a fim de restringir o acesso a estas regiões e manter a impressão da representação promovida pela região da fachada. A fachada é o “equipamento expressivo” empregado pelo indivíduo durante a representação. Esta refere-se tanto ao cenário de um local quanto à aparência e maneiras do sujeito. Vale destacar que as pessoas (a platéia) procuram encontrar certa coerência entre os itens mencionados.

Pode-se considerar como mecanismos de controle, ou como coloca Goffman (1999), mecanismos de manutenção da representação neste processo, o estabelecimento de pontos turísticos, a distribuição de guias da cidade por parte das prefeituras locais, a criação de roteiros turísticos ou mesmo a confecção de pacotes turísticos que visam controlar a impressão. Estes métodos se destinam a apresentar uma visão coerente de certa destinação. Outras formas de guiar o olhar seriam as narrativas midiáticas, por exemplo. Em certa medida, estas narrativas atuam como uma espécie de região de fachada, na qual se constróem impressões idealizadas sobre determinada destinação. Porém, seria errôneo pensar que o turista, mesmo quando sujeito a estes mecanismos, não romperá em algum momento este caminho pré-trilhado pela construção social do olhar do turista. Isso porque como ressalta Banducci (2005, p.40) “o turismo não é uma experiência monolítica, mas que, ao contrário, apresenta singularidades e variações que devem ser compreendidas”.

Nesta medida podemos encarar o turista como um espectador participante da cidade. Neste caso, sob a perspectiva de Goffman, o turista seria a platéia, a população local os atores e a cidade o palco onde se desenrolam as relações de hospitalidade e representação do que se pode denominar “eu” da cidade, ou melhor dizendo, a identidade cultural coletiva de um povo. A população receptora nesta situação e mesmo a mídia, podem formar aquilo que Goffman entende por equipe. A equipe é um grupo de indivíduos que cooperam na encenação de uma rotina particular e com isso na definição da situação projetada. Neste sentido se torna crucial para experiência turística não só a paisagem urbana, mas também a postura da população local.

Ao abordar os espaços urbanos na experiência turística deve-se considerar a existência do que Wainberg (2003) denomina *enclave e espaço heterogêneo*. O primeiro é um espaço programado, como os parques temáticos. Nestes a cultura local não se desvela. Já os espaços heterogêneos são mais ricos em possibilidades de percepção do “outro”. Estes seriam os locais que servem primeiro aos fins dos habitantes, e por este motivo despertam a atenção do turista. Nos espaços heterogêneos (como numa espécie de bastidores) o turista pode procurar o que Goffman denomina “gestos involuntários”, a fim de confirmar a representação vista nos locais feitos especialmente para sua visitação.

Turistas e Imigrantes como Atores Sociais: o estrangeiro

Goffman (1999) adverte que a manutenção da definição desejada também pode se dar através de mecanismos de exclusão. Esta estratégia se torna bastante perceptível na conduta

adotada frente ao estrangeiro migrante. Neste caso, a situação projetada que se deseja manter relaciona-se com a identidade nacional e com o sentido de ameaça atribuído ao outro. Supostamente, o migrante, por residir no local terá mais acesso à “realidade” da vida social do que o turista que apenas está de passagem. Porém, não raro, as populações migrantes são segregadas a espaços nos quais convivem apenas com as pessoas de mesma origem. Assim, formam-se espécies de guetos onde, afora as relações de trabalho e trânsito pela cidade, os migrantes não conseguem ter tanto acesso assim ao outro.

Do mesmo modo que o turismo pode ser entendido como uma construção social, também a figura do migrante pode ser analisada sob este viés. Na concepção de Simmel (1983, p.182), o estrangeiro se definiria, “não no sentido em que muitas vezes no passado se tocou neste assunto, considerando o viajante que chega hoje e parte amanhã, porém mais no sentido de uma pessoa que chega hoje e amanhã fica”. Como visto, para Simmel a condição de turista e de estrangeiro se distinguem. Certamente a observação do autor é pertinente. Contudo, neste trabalho consideramos que, como bem nota Maffesoli (2001), a despeito das distinções existentes, a força viva do pluralismo e do nomadismo, pode se expressar de diversas maneiras, o que inclui nas migrações e,

de modo mais trivial, no turismo mais convencional ou nas viagens organizadas, não poupando nenhuma classe social. Em cada um desses casos, é a própria idéia da ‘mundialização’ ou a do pensamento único que é agredida. Na verdade, quer se tenha ou não consciência disso, o denominador comum a todos esses fenômenos é precisamente o reconhecimento da diversidade das culturas, o levar em conta a pluralidade dos fenômenos humanos, bem entendido, com o relativismo que é corolário de tudo isso (MAFFESOLI, 2001, p.108).

O autor complementa observando que, “Nessa grande tendência [nômade], em suas diversas expressões, o elemento essencial é a viagem, a mudança, a ação de caminhar” (MAFFESOLI, 2001, p.175). Neste sentido é que propomos como elemento primordial e convergente entre estas posições a viagem, vivida tanto por turistas quanto por migrantes, ainda que com intensidades diferentes.

É interessante atentar para a seguinte argumentação de Silva acerca da posição de estrangeiro e a viagem. Segundo o autor, “Embora menos traumática que a diáspora ou a migração forçada, a viagem obriga quem viaja a sentir-se ‘estrangeiro’ posicionando-o, ainda que temporariamente, como o ‘outro’ [...] Na viagem podemos experimentar ainda que de forma limitada, as delícias – e as inseguranças – da instabilidade e da precariedade da identidade”(SILVA, 2005, p.88). Neste sentido tanto imigrantes quanto turistas poderiam ser

considerados estrangeiros. Portanto, o essencial é perceber que há nos deslocamentos de modo geral uma possibilidade de negociação cultural que se efetuará ou não na medida da hospitalidade/hostilidade entre os grupos humanos.

Alinhando-se a este pensamento, autores como Hall (2006) e Kristeva (1994) advertem que, ademais, o estrangeiro é parte constitutiva de todos nós. De acordo com Kristeva, “Estranhamente o estrangeiro habita em nós: ele é a face oculta da nossa identidade [...] Sintoma que torna o nós precisamente problemático, talvez impossível, o estrangeiro começa quando surge a consciência de minha diferença e termina quando nos reconhecemos todos estrangeiros, rebeldes aos vínculos e às comunidades”(KRISTEVA, 1994, p.9). No trecho de Kristeva podemos notar a impossibilidade de uma identidade unificada e coerente, vivida como tal apenas na fantasia do sujeito (HALL, 2006).

Kristeva (1994, p. 9) ressalta que, “Símbolo do ódio e do outro, o estrangeiro não é nem a vítima romântica de nossa preguiça, nem o intruso responsável por todos os males da cidade. Nem a revelação a caminho, nem o adversário imediato a ser eliminado para pacificar o grupo”. Sob esta perspectiva pode-se visualizar tanto a visão ameaçadora que se tem do migrante quanto a romantização, por vezes, atribuída a figura do turista. Porém, a figura do migrante mais que a do turista paira como ameaça na sociedade receptora.

Sendo assim, é importante considerar que as duas posições tratadas aqui, se têm em comum a condição de estrangeiro, se localizam diferentemente no interior desta condição. Como lembra Woodwad (2005, p.30) “não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos, em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo”. Assim, existirão diferentes expectativas e restrições sociais conforme a posição assumida em um contexto social.

A aparente maior aceitação da figura do turista pode ser entendida seguindo-se o pensamento de Ouriques (2005). O autor destaca que a presença do turista pode, muitas vezes, ser incômoda para a população local, mas ao mesmo tempo “é socialmente aceita e até estimulada pelo capital. Daí a ‘rotina anual das férias’ ser parte constituinte daquilo que se chama ‘indústria do lazer’”(2005, p.46). A colocação de Ouriques (2005) traz à tona um outro ponto que evidencia o turismo como instituição social.

De acordo com Berger e Luckmann (1996, p.79) “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira

diferente, qualquer destas tipificações é uma instituição”. Neste sentido, pode-se verificar pelo menos dois atores envolvidos de forma direta na prática do turismo: o turista e a população local. Com isso, tem-se dois tipos de atores com tipificações e expectativas recíprocas. Assim, cria-se uma relação de economia psicológica. É neste sentido que o turismo se configura como instituição no que concerne às formas de controle e a tipificação de ações e expectativas sociais.

Assim, quando o sujeito é identificado na posição de turista sabe-se que retornará ao lar deixando divisas no lugar visitado. Portanto, não é preciso temê-lo, pois sabe-se o que esperar dele. Quanto as formas de controle que geram economia psicológica, a seguinte colocação de Wainberg parece bastante válida: “O turismo é um fenômeno especial de comunicação humana. Consegue realizar uma tarefa difícil e desafiadora: apresentar o estranho como um produto não ameaçador e passível de desfrute”(WAINBERG, 2003, p.45). O mesmo pode ocorrer de forma bem mais traumática para o migrante, uma vez que a figura deste não possui uma tipificação social que leve a uma economia psicológica, mas antes torna-se fator de inquietação para os receptores.

Vale lembrar que o turista parte para o local de destino como consumidor, isto é, com poder aquisitivo para despender no lugar. De modo contrário, o migrante parte em busca dos recursos financeiros que o novo lugar pode lhe ofertar. Este apontamento indica uma distinção entre status social (almejado pelo turista) e ascensão social (presente na decisão de migrar).

A Identidade Nacional e o Estrangeiro: implicações e interfaces

A tentativa de compreender a identidade e a atribuição de sentido ao estrangeiro, seja ele migrante ou turista, implica uma análise da identidade nacional e do sentimento de pertença dos indivíduos. Uma das referências para tal compreensão vem de Benedict Anderson.

Para este autor a identidade nacional se daria por meio do que ele propôs chamar “comunidade imaginada”. Sob esta perspectiva, a nação “é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana”(ANDERSON, 1989, p.14). De acordo com o autor a nação é imaginada como limitada porque possui fronteiras finitas, “além das quais encontram-se outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade” (1983, p.15). A nação imagina-se ainda como soberana pois defende a liberdade e imagina-se como uma comunidade pois sem considerar as desigualdades, a nação

é concebida como “um companherismo profundo e horizontal” (ANDERSON, 1983, p.16). Estes aspectos constituintes da idéia de nação, facilitarão a compreensão da dinâmica social que envolve o turismo e as migrações.

A este respeito, é importante salientar que Hall (2006) considera a idéia de identidade nacional como uma ficção, seguindo o pressuposto da comunidade imaginada, de Anderson. Hall (2006) lembra que não existe uma nação composta de apenas um único povo, uma única cultura ou etnia. Segundo o autor, “*as nações modernas são, todas, híbridos culturais*”(HALL, 2006, p.62). Ainda assim, as nações continuam a perseguir uma suposta “unidade” frente ao estrangeiro.

Hall (2006) adverte que as tentativas de atualizar a identidade nacional, adesão e lealdade dos indivíduos a ela, podem, por vezes “ocultar uma luta para mobilizar as ‘pessoas’ para que purifiquem suas fileiras, e para que expulsem os ‘outros’ que ameaçam a sua identidade”(HALL, 2006, p.56). Neste sentido, a identidade nacional pode articular a rejeição ao “outro”, representado pelo turista e pelo migrante.

Em consonância com o exposto Woodward (2005, p.46) destaca que, “a produção da identidade do ‘forasteiro’ tem como referência a identidade do ‘habitante do local’”. Nesta perspectiva de relação com o outro, a exclusão passa a ser um poderoso instrumento de manutenção da ordem. Isso ocorre, pois como notam Berger e Luckmann “*Toda realidade social é precária. Todas as sociedades são construções em face do caos. A constante possibilidade do terror anômico torna-se atual sempre que as legitimações que obscurecem esta precariedade são ameaçadas ou entram em colapso*”(1996, p.141). Compreende-se do trecho citado que o turista e principalmente o estrangeiro migrante podem ser estas “ameaças”, pois como aponta Kristeva (1994), o estrangeiro condensa em si toda fascinação e abjeção que a alteridade suscita.

O estrangeiro, turista ou migrante, pode representar uma ameaça à manutenção da ficção da nação pois traz consigo uma outra cultura que pode impregnar-se com a cultura do local de destino. Como lembram Berger e Luckmann, “o aparecimento de um outro possível universo simbólico representa uma ameaça porque sua simples existência demonstra empiricamente que o nosso próprio não é inevitável”(1996, p.147).

Maffesoli (2001) ressalta que paradoxalmente ao fato de serem rejeitados em função da “manutenção da ordem social”, a figura do estrangeiro é parte constitutiva da estrutura social. Isso porque, conforme o autor, “para que alguma coisa seja indubidável (o mundo das

evidências, o mundo pré-dado no qual nos situamos) é preciso que exista também a dúvida vinda do exterior” (2001, p.102).

Com sentido semelhante vale notar que identidade e diferença são inseparáveis. Como observa Silva, “as afirmações sobre a diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade” (SILVA, 2005, p.75). Silva alerta que “a afirmação e a marcação da diferença implicam sempre as operações de incluir e excluir”(2005, p.82). A identidade e a diferença se traduzem assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a forte separação entre ‘nós’ e ‘eles’ (SILVA, 2005, p.82).

Woodward (2005) observa que este processo se dá através de sistemas classificatórios, que estabelecem fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”. Assim, “um é a norma e o outro é o ‘outro’ - visto como ‘desviante ou de fora’” (WOODWARD, 2005, p.49). Vale destacar que neste tipo de oposição binária um dos termos é sempre privilegiado. Todorov (1999) observa que é uma necessidade do mundo humano da cultura categorizar os diversos grupos. No entanto, o autor alerta que este processo classificatório pode gerar racismo e xenofobia.

Neste jogo de identidades, Bhabha (2003) observa que o migrante vive em condições de deslocamento cultural e discriminação social. Este fato se deve à compreensão do “outro” (no caso o migrante) sempre como uma ameaça ou um ser inferior. Alinhando-se a este pensamento Baptista pondera que: “É certo que deixar que nosso lugar seja invadido por um hóspede representa sempre um risco e uma incomodidade. Neste sentido, a hospitalidade constitui sempre uma experiência de exposição e vulnerabilidade. Mas isso não significa passividade ou indiferença”(2002, 159). Quando a autora usa os termos, nem *passividade*, nem *indiferença*, podemos vislumbrar a abertura à negociação cultural e a aspectos de hibridismo, trazidos pela posição do entre-lugar ocupada pelo sujeito em deslocamento. Contudo, vale lembrar que estes aspectos serão vivenciados de formas diferentes por turistas e migrantes. A seguinte argumentação de Bhabha nos ajuda a compreender esta situação. Para o autor: “Estar no ‘além’, portanto, é habitar um espaço intermediário [...]. Mas residir ‘no além’ é [...] ser parte de um tempo revisionário, um retorno ao presente para redescrever nossa contemporaneidade cultural” (BHABHA, 2003, p. 27).

Podemos entender, pelo exposto por Bhabha (2003), que o turista seria aquele que “está no além”, visto que sua jornada possui tempo determinado, já o migrante seria aquele que “reside no além”, e que por este motivo pode ser capaz de vivenciá-lo mais profundamente. Neste sentido, cabe tanto aos turistas quanto aos migrantes caminhar em direção à negociação, isto é, ultrapassar as base de oposição e promover a articulação de elementos culturais antagônicos e contraditórios. Este processo levará a contestação tanto do território do turista/migrante quanto da sociedade receptora

Porém, este não é um processo vivido sem algum desgaste para o indivíduo. Isso porque mesmo nas sociedades “fluídas”² persiste o sentimento humano da necessidade de pertencer, de ter um lugar, mesmo que provisório, de ancoragem da identidade. De acordo com Bhabha “Viver no mundo estranho, encontrar suas ambivalências e ambigüidades [...] é também afirmar um desejo profundo de solidariedade social: ‘Eu estou buscando o encontro ... quero o encontro ... quero o encontro’”(BHABHA, 2003, p.42). Este é, segundo Wainberg (2003), o desejo do turista: experimentar o encontro de alteridades. É este mesmo desejo, de hospitalidade, que também se faz presente na experiência do migrante de forma ainda mais forte.

Neste ponto a posição do turista, que viaja por um período de tempo preciso contando com certa infra-estrutura de viagem se distingue da posição do migrante. Embora os dois vivam a precariedade da condição de estrangeiro, Ramos (2003) aponta que o processo de migração exige coragem e disposição para enfrentar riscos. Na condição de turista, estes riscos são, em parte, amenizados pela empresa organizadora da viagem.

Como ressalta Wainberg (2003) o turismo só existe como indústria porque permite a experiência do estranho em condições de relativo controle. Isto porque o turista viaja voluntariamente e vive na posição de estrangeiro por um período de tempo preciso, sabendo que retornará ao lar. Segundo Wainberg (2003), para o turista o estresse provocado pela situação de deslocamento é excitante, pois o turista espera que o roteiro turístico e suas atrações sejam capazes de promovê-lo. Como nota o autor:

Esta é afinal a essência da diferença. Cabe assinalar, no entanto, que tal efeito só é bem-vindo porque, como dito, sua administração é controlada no tempo. O efeito mágico da diferença só ocorre porque é efêmero. Não se deve imaginar que o estado

² Termo utilizado por Bauman (2000) no livro *Modernidade-líquida* (Ed. Jorge Zahar) para referir-se a sociedade atual, cujas estruturas e instituições se deslocaram e se diferem da sociedade moderna por sua capacidade de mudança, isto é, sua fluidez.

VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
10 e 11 de setembro de 2009 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

de alerta e vigilância seja ambicionado pelos indivíduos como permanente. Pelo contrário, é a certeza de sua expiração que permite o consumo da diferença como produto. Nesse sentido, o turismo assegura que ‘você vai, mas volta’(WAINBERG, 2003, p.17).

No caso das migrações, a posição de deslocamento não possui um tempo preciso. Contudo, a experiência de deslocamento pode trazer ao indivíduo uma visão não matizada da sociedade. Esta seria, conforme Todorov (1999), uma consequência do *desenraizamento*. Para este autor: “O homem desenraizado arrancado de seu meio, de seu país, sofre em um primeiro momento: é muito mais agradável viver entre os seus. No entanto, ele pode tirar proveito de sua experiência. Aprende a não mais confundir o real com o ideal, nem a cultura com a natureza: não é porque os indivíduos se conduzem de forma diferente que deixam de ser humanos” (TODOROV, 1999, p.27). Em consonância com esta argumentação Bhabha sugere que “o olho mais fiel pode ser agora aquele da visão dupla do migrante” (2003, p. 25).

Para Maffesoli (2001), “o olhar exterior, na verdade, tem uma visão mais penetrante, mais límpida também, pelo fato de saber ver aquilo que nossos olhares, por excessivamente habituados, vêem de modo deformado. O próprio do errante é justamente tornar-se atento à ambivalência de todas as coisas” (MAFFESOLI, 2001, p. 101, 191). Na observação de Simmel (1983) todas as possibilidades assinaladas decorreriam do seguinte fato:

O estrangeiro não está submetido a componentes nem a tendências peculiares do grupo e, em consequência disso, aproxima-se com atitude específica de ‘objetividade’. Mas a objetividade não envolve simplesmente passividade e afastamento; é uma estrutura particular composta de distância e proximidade, indiferença e envolvimento. Objetividade não significa de maneira alguma não-participação (que geralmente exclui tanto a interação subjetiva quanto objetiva), mas um tipo específico e positivo de participação [...] A objetividade também pode ser definida como liberdade: o indivíduo objetivo não está amarrado a nenhum compromisso que poderia prejudicar sua percepção, entendimento e avaliação do que é dado. Todavia, [...] uma perspectiva distanciada contém muitas possibilidades perigosas (SIMMEL, 1983, p.185).

A percepção do turista também adquire condição semelhante, como indicam os conceitos de afastamento e de “tensão de escoteiro”. O conceito de afastamento é mencionado por Urry, e “consiste em lançar um olhar ou encarar um conjunto de diferentes paisagens e cenários que se situam fora daquilo que para nós é comum. Quando ‘vamos embora’ olhamos com interesse e curiosidade tudo que nos cerca”(URRY, 1996, p.15). O autor complementa esta noção atentando que a ruptura com as rotinas diárias permite que “nossos sentidos se abram para um conjunto de estímulos que contrastam com o cotidiano e o mundano” (1996, p.17). Com sentido próximo Wainberg (2003) desceve a *tensão de escoteiro*. “Ou seja,o

turista está sempre alerta. [...] O clima, as ruas, o tráfego, a geografia, os parques atingem-lhe vigorosamente os sentidos”(WAINBERG, 2003, p. 16).

Com estes conceitos é possível perceber também no turista uma certa “originalidade da visão”, tanto por perceber a cultura do outro com olhar especial quanto por distanciar-se de seu cotidiano e ter a possibilidade de ressignificá-lo, ou pelo menos notar o condicionamento de sua visão.

Considerações Finais

No decorrer deste artigo pode-se notar que o turismo se configura como uma construção social, assim como as migrações. Este aspecto tornou-se visível a partir da observação de que os componentes da construção social da realidade, indicados por Berger e Luckmann, também se reproduzem no turismo e nas migrações. Como exemplo disto, colocados no desenvolvimento das seções deste artigo, estão as instituições, as tipificações, os sistemas classificatórios e as representações. Verificou-se estes elementos com relação a figura do estrangeiro (turista/migrante) em sua articulação com a sociedade receptora e com a noção de identidade nacional.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- BANDUCCI, Alvaro. Turismo e antropologia no Brasil. In: BANDUCCI, Jr. Álvaro, BARRETTO, Margarita (Orgs.). *Turismo e Identidade Local*. São Paulo: Papyrus, 2005.
- BAPTISTA, Isabel. Lugares de hospitalidade. In: DIAS, Célia Maria. (org). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- BERGER, P. LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- GASTAL, Susana. *Turismo, Imagens e Imaginários*. São Paulo: Aleph, 2004.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HALL, Stuart. *Identidade cultural na pos-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MAFFESOLI, Michel. Sobre o nomadismo. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- OURIQUES, H.R. *A produção do turismo*. São Paulo: Alínea, 2005.
- KRISTEVA, Júlia. *Estrangeiros para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- RAMOS, Silvana P.. *Hospitalidade e migrações internacionais*. São Paulo: Aleph, 2003
- SILVA, Tadeu Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T.. (org). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAIS, E. F.. *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.
- TODOROV, Tzvetan. *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- URRY, John. *O Olhar do Turista*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- WAINBERG, Jacques. *Turismo e Comunicação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. In: SILVA, T. T.. (org). *Identidade e Diferença*. Petrópolis: Vozes, 2005.